



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS**

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 26 de março de 2014

MUNICÍPIO

MPE quer controle de cirurgias reparadoras mamárias

DIÓGENES DIACS

Fábio Brito

O Ministério Público Estadual (MPE) deverá entrar com uma nova Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Aracaju, para que este garanta um fluxo de cirurgias de reconstituição de mama a pacientes que precisam deste tipo de procedimento de forma tardia. A notícia foi dada na manhã de ontem, 25, pela promotora de justiça Euza Missano, durante audiência pública.

Segundo ela, pacientes que necessitam de tal cirurgia estão sem um acompanhamento correto, já que não existe nenhum registro de quem precisa da operação no Município de Aracaju. Hoje as mastectomias são realizadas no Hospital Universitário (HU) e no Hospital Governador João Alves Filho, através do SUS.



■ **Euza Missano:** "Definições do Ministério Público servirão para garantir o bem-estar das pacientes"



**SEGUNDO PROMOTORA,
PACIENTES QUE
NECESSITAM DE
TAL CIRURGIA
ESTÃO SEM UM
ACOMPANHAMENTO
CORRETO**

"O objetivo dessa audiência é que possamos resolver a situação dessas pessoas que necessitam de uma cirurgia de reconstituição mamária. Foi mostrado aqui que existem pacientes que podem realizar essa cirurgia logo imediatamente a mastectomia, já outras, dependendo do estágio da evolução da doença, devem aguardar certo período. Só que as pacientes que pertencem a este segundo caso estão perdidas no sistema", declarou.

Pacientes como Maria Genalva das Chagas que, há quatro anos, realizou a mastectomia, e há mais de três espera por uma reconstituição mamária. "Agora

estou com todos os exames solicitados pelo meu médico em mãos, só que me informaram que não havia prótese para fazer a cirurgia", afirmou.

Na audiência ficou definido que os Hospitais que fazem o atendimento para a cirurgia de mama, no momento que for detectado que a mulher precisa fazer a reconstituição no próprio ato cirúrgico, devem realizar a cirurgia reparadora. De acordo com Euza Missano, as definições do Ministério Público servirão para garantir o bem-estar das pacientes, já que é direito delas ter a reconstituição da mama após a mastectomia.